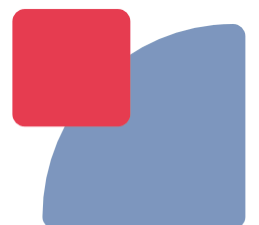




Grandes Opções 2023-2026

Síntese



FICHA TÉCNICA

Título

Grandes Opções 2023-2026 - Síntese

Data de publicação

9 de agosto de 2023

Autoria

Equipa Multidisciplinar de Prospetiva e Planeamento (EMPP) - PlanAPP

Revisão e Layout

Equipa Multidisciplinar de Comunicação Estratégica (EMCE) – PlanAPP

Nota

Este documento de síntese foi elaborado pelo PlanAPP e não constitui a versão integral da proposta de Lei das Grandes Opções publicada em Diário da República. O documento oficial pode ser consultado [aqui](#).

PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública

Rua Filipe Folque, 44

1069-123 Lisboa

utpp@planapp.gov.pt

www.planapp.gov.pt

Índice

1. Grandes Opções 2023-2026.....	4
1.1. Contexto e perspetivas.....	4
1.2. Financiamento e alinhamento das opções.....	7
2. Boa governação.....	10
3. Alterações climáticas.....	14
4. Demografia.....	20
5. Desigualdades.....	24
6. Sociedade digital, da criatividade e da inovação.....	28
7. Quadro plurianual de despesas públicas.....	33

Índice de Quadros

Quadro 1 – Indicadores de contexto dos desafios das Grandes Opções 2023-2026.....	5
Quadro 2 – Financiamento das medidas de política e fontes de financiamento das Grandes Opções 2023-2026 (milhões de euros).....	8
Quadro 3 – Indicadores de contexto da boa governação.....	10
Quadro 4 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas associados ao desafio transversal, boa governação.....	11
Quadro 5 – Programação dos investimentos associados ao desafio transversal, boa governação.....	11
Quadro 6 – Indicadores de contexto das alterações climáticas.....	14
Quadro 7 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas do desafio estratégico, alterações climáticas.....	15
Quadro 8 – Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico, alterações climáticas.....	16
Quadro 9 – Indicadores de contexto da demografia.....	20
Quadro 10 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas associados ao desafio estratégico, demografia.....	21
Quadro 11 – Programação dos investimentos associadas ao desafio estratégico, demografia.....	22
Quadro 12 – Indicadores de contexto das desigualdades.....	24
Quadro 13 – Instrumentos de planeamento e de políticas associadas ao desafio estratégico – desigualdades.....	25
Quadro 14 – Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico, desigualdades.....	26
Quadro 15 – Indicadores de contexto da sociedade digital, da criatividade e da inovação.....	28
Quadro 16 – Instrumentos de planeamento e de políticas associadas ao desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e da inovação.....	29
Quadro 17 – Programação dos investimentos associadas ao desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e da inovação.....	30
Quadro 18 – Limites de despesa por missão de base orgânica.....	33
Quadro 19 – Projeção de receitas por fonte de financiamento.....	33
Quadro 20 – Variação percentual do esforço nacional por missão de base orgânica.....	34
Quadro 21 – Variação percentual dos fundos europeus por missão de base orgânica.....	35

1. Grandes Opções 2023-2026

As Grandes Opções para 2023-2026 apresentadas pelo XXIII Governo Constitucional correspondem às Grandes Opções de política económica, social e territorial para os anos de 2023 a 2026 e fundamentam-se nas Grandes Opções para 2022-2026, aprovadas pela Lei n.º 24-C/2022 de 30 de dezembro.

1.1. Contexto e perspetivas

A estratégia de ação política que orienta as Grandes Opções (GO) desenvolve-se em duas dimensões intrinsecamente ligadas:

- Uma **resposta de curto prazo** atenta a desafios imediatos, nomeadamente os efeitos da manutenção da instabilidade geopolítica decorrente da agressão russa à Ucrânia, continuando a implementação de medidas com vista ao reforço da autonomia energética do país, à preservação da capacidade produtiva do País e à proteção dos mais vulneráveis na resposta aos aumentos dos preços.
- Uma **resposta de médio e longo prazo**, focada em objetivos orientados para a aceleração da mudança de modelo de desenvolvimento económico, social e territorial do país, baseado cada vez mais na redução das desigualdades, no conhecimento, na sustentabilidade, na tecnologia, e na inovação.

Assim, a resposta conjunta a estes objetivos corresponde a cinco grandes desafios, **um transversal e quatro estratégicos**, que estruturam a ação governativa:

- **Boa governação.**
- **Alterações climáticas.**
- **Demografia.**
- **Desigualdades.**
- **Sociedade digital, da criatividade e da inovação.**

A boa governação concorre para a efetiva concretização dos objetivos assumidos, estabelecendo as condições para que o XXIII Governo Constitucional enfrente e resolva quer os desafios imediatos, quer os de médio e longo prazo. As alterações climáticas, a demografia, as desigualdades e a sociedade digital, da criatividade e da inovação, são fatores que exercem uma influência decisiva no desenvolvimento do país e, por isso, se apresentam como desafios estratégicos.

As opções de política económica, social e territorial reconhecem ainda, os avanços significativos verificados na economia, sociedade e territórios portugueses, tomando como base de sustentação os desenvolvimentos recentes nas seguintes dimensões:

- Crescimento económico, tendo em conta a trajetória de convergência sustentada com a média da União Europeia e a melhoria dos indicadores relacionados com a investigação e desenvolvimento (I&D) e a evolução do perfil do tecido produtivo.
- Mercado de trabalho, pelo aumento do peso relativo das remunerações no PIB, pela manutenção do desemprego em níveis próximos de pleno emprego e pela melhoria da qualidade desse emprego.
- Inclusão social e igualdade, evidenciada na melhoria estrutural dos indicadores que medem a desigualdade, a pobreza e a privação material e na proteção dos rendimentos face à subida dos preços verificada em 2022.
- Combate às alterações climáticas sustentado pela redução sistemática das emissões de gases de efeito de estufa, pelo reforço da potência da capacidade renovável instalada e medidas de promoção da sustentabilidade ambiental.

- Qualificações, com a evolução significativa na redução da taxa de abandono escolar e da proporção de população com ensino superior concluído.

O contexto assim descrito, em traços gerais, é representado por um conjunto de indicadores, constantes do *Quadro 1*. Esse contexto continua a ser marcado pelas consequências do perdurar da guerra na Ucrânia. À semelhança da crise pandémica, a agressão russa à Ucrânia veio reiterar a evidência de que alguns acontecimentos ou fenómenos causam danos socioeconómicos generalizados e com impacto profundo. O impacto da guerra tem sido particularmente notório na inflação. Antes de a guerra começar, a previsão de inverno da Comissão Europeia para 2022, elaborada em dezembro de 2021, projetava valores para a inflação, em 2022, de 1,2% em Portugal e 1,5% na União Europeia (UE). Estas projeções ficaram bastante aquém da realidade, com a inflação registada para o ano de 2022 a atingir 8,1% em Portugal e 8,4% na UE.

Quadro 1 – Indicadores de contexto dos desafios das Grandes Opções 2023-2026

Indicadores de contexto	Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
		2010	2015	2022	
Taxa de Inflação	%	3,60 (2011)	0,50	7,80	↑
PIB – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado (taxa de variação em volume)	%	-4,10 (2012)	1,80	6,70	↑
Emissão de Gases de Efeito de Estufa	tCO ₂ eq/cap	5,68	5,68	4,93 (2020)	↓
Taxa de Dependência Energética	%	76,10	76,40	67,10 (2021)	↓
Desemprego da população ativa (20-64 anos)	%	12,10	12,70	5,90	↓
População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (Europa 2020)	%	25,30	26,60	19,80 (2020)	↓
Percentagem das Remunerações no PIB	%	47,20	43,60	48 (2021)	↑
Índice de Digitalização da Economia e Sociedade 2022 (IDES)	Capital Humano	-	9,73 (2017)	11,49	↑
	Conectividade	-	6,73 (2017)	12,90	↑
	Integração das Tecnologias Digitais	-	6,63 (2017)	9,40	↑
	Serviços Públicos Digitais	-	12,39 (2017)	16,98	↑
Exportações de Alta Tecnologia	%	3,00	3,80	4,86	↑
Legenda:	↑ ↓ Evolução no sentido desejado	↑ ↓ Evolução no sentido indesejado			⊖ Sem alterações
	Sem avaliação – série				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Ao mesmo tempo que é necessário manter a aposta nas transições verde e digital e continuar a sustentar as políticas sociais, importa também manter o equilíbrio entre os esforços orientados para a recuperação económica, o combate ao aumento da inflação e o reforço do investimento em defesa. Foram e serão adotadas medidas para os segmentos sociais e para os setores de atividade mais vulneráveis, como os apoios às famílias para suportar os acréscimos com os custos da alimentação e da habitação, o apoio à redução dos custos dos setores da agricultura e dos transportes ou das empresas significativamente afetadas pelo aumento dos preços.

A iniciativa no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), em vigor até 31 de maio de 2023, tornou possível limitar a escalada dos preços pelo acesso a fontes de energia alternativas e a elevada produção de energia elétrica em Portugal a partir de fontes renováveis. No espaço da UE, esta iniciativa foi precursora do

mecanismo¹ de correção do mercado (MCM) para proteger os cidadãos e a economia de preços excessivamente elevados. O país tem acelerado a implementação de medidas direcionadas à transição verde e energética, já de si prioritárias, mas também como resposta ao Plano REPowerEU, lançado pela Comissão Europeia, com o fim de reduzir ou anular a dependência energética da UE relativamente à Rússia. No âmbito do projeto H2Med prevê-se o desenvolvimento de interligações entre Portugal, Espanha e França para a criação de um corredor de transporte de hidrogénio renovável até 2030.

Assim, apesar da subida da taxa de inflação e do nível de incerteza, as projeções continuam a apontar para um crescimento robusto da economia portuguesa. O produto interno bruto (PIB) português, no conjunto do ano de 2022, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, aumentou 6,7% em volume, o mais elevado desde 1987, para o que contribuíram em grande medida o aumento das exportações de bens e serviços, ultrapassando a fasquia dos 50% do PIB.

De igual modo, as GO 2023-2026, traduzidas nos seus desafios transversal e estratégicos estão orientadas para o futuro que os cidadãos desejam para Portugal, estabelecendo para tal medidas de política que estão alinhadas com as megatendências emergentes.

Megatendências e seus reflexos em Portugal

As megatendências como forças de mudança ocorrem em grande escala, afetam sociedades, Estados, regiões, e o seu impacto é sentido a nível global, causando transformações multidimensionais em todos os subsistemas sociais, durante um longo período. De acordo com o Relatório de Prospetiva Estratégica de 2021*, da Comissão Europeia, as megatendências, não se fazendo sentir homogeneamente em todo o globo e dependendo, nas suas repercussões, das especificidades de cada país ou região, têm em Portugal efeitos e impactos que podem ser identificados:

1. Alterações climáticas e outros desafios ambientais

Os principais riscos resultantes das alterações climáticas incluem os períodos de seca prolongada, a subida do nível da água do mar e as ondas de calor, cujas consequências se manifestarão na escassez de recursos hídricos, diminuição da produção agrícola, incêndios rurais em maior número e mais intensos, deslocação das atividades económicas e respetiva população das zonas costeiras e mais fatores de perigo para a saúde humana.

2. Hiperconectividade digital e transformações tecnológicas

A progressiva digitalização da economia e as novas tecnologias como os avanços da robótica, automatização, inteligência artificial, aprendizagem automática, biotecnologia, lógicas de virtualização e desterritorialização serão indispensáveis nas empresas e nos serviços públicos do futuro que promoverão novas relações de trabalho, pelo que, no espaço europeu, será cada vez maior a competição pela atração e retenção de trabalhadores altamente qualificados.

3. Pressão sobre os modelos de governação e os valores democráticos

A persistência das desigualdades será um fator de alheamento do processo democrático e da sustentação de fenómenos populistas ou extremistas que poderão ser acentuados pelas transições ecológica e digital. No mesmo sentido, a utilização das redes sociais como veículo de disputa ideológica, de promoção de discursos de ódio e instigação do populismo impele a uma maior regulação e literacia dos seus utilizadores, que definirão os valores comuns e aceites por todos. Adicionalmente, as transições ecológica e digital poderão expor novas desigualdades e exacerbar algumas das antigas.

4. Mudanças na ordem mundial

Portugal com base na sua posição atlântica, no seu passado histórico e no relacionamento seguro e privilegiado com países europeus poderá reposicionar-se como porta de entrada ou primeiro porto, zona de armazenagem e área de processamento de matérias-primas e de componentes estratégicos para a Europa.

5. Mudanças na demografia

A população portuguesa, apesar da recuperação da taxa de fecundidade, será progressivamente menor e mais envelhecida o que causará grande pressão nos serviços de saúde, na segurança social e na economia em geral. O recurso ao retorno de portugueses emigrados e à imigração integrada serão meios para responder à necessidade de trabalhadores.

* Relatório de Prospetiva Estratégica 2021 - Capacidade e liberdade de ação da EU, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho (2021)

¹ Regulamento (UE) 2022/2578 do Conselho de 22 de dezembro de 2022 que cria um mecanismo de correção do mercado para proteger os cidadãos da União e a economia de preços excessivamente elevados.

1.2. Financiamento e alinhamento das opções

A implementação das Grandes Opções 2023-2026 inclui um conjunto ambicioso de medidas de política, cujas fontes de financiamento abrangem fundos nacionais e europeus.

Os recursos financeiros com origem europeia podem ser geridos diretamente pelas agências e instituições da UE, através do lançamento de convites à apresentação de propostas para a concessão de subvenções a projetos ou desembolsados através de concursos centralizados na Comissão Europeia para a adjudicação de contratos de fornecimento de bens e serviços. Também são geridos indiretamente por organizações parceiras e outras autoridades da UE ou fora da mesma. Assim, as medidas incluídas nas Grandes Opções incluem:

- Fontes de financiamento nacionais, das quais se destacam o Orçamento do Estado, o Orçamento da Segurança Social, o Fundo Ambiental (de origem nacional que concentra num único fundo vários recursos financeiros para ter maior capacidade e adaptabilidade aos desafios que se apresentam em termos ambientais), e o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (de apoio a políticas de valorização e capacitação à utilização eficiente dos recursos no domínio científico e tecnológico, estímulo à cooperação entre instituições de ensino superior, centros de interface tecnológico e empresas).
- O Portugal 2020 (PT 2020) – Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia para o período 2014-2020, a concluir em 2023, que reúne os cinco fundos europeus estruturais e de investimento, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP).
- O Portugal 2030 (PT 2030) – Agrupa cinco fundos europeus, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão (FC), o Fundo Social Europeu+ (FSE+), o Fundo de Transição Justa (FTJ), e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos Pescas e Aquicultura (FEAMPA), relativos ao Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia para o período de 2021 a 2027.
- O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – A decorrer até 2026, visa a implementação de um conjunto de reformas e de investimentos orientados para a convergência do país com a União Europeia em termos de crescimento económico balizado pelos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Os fundos da Política Agrícola Comum – Englobam o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o FEADER para o período 2021-2027.
- Outros fundos europeus a que Portugal acede como: o Horizonte Europa (HE), o programa Europa Digital, o InvestEU, o Mecanismo Interligar a Europa para os transportes, energia e digital (MIE), o mecanismo RescEU o EU4Health, o Programa Ambiente e Ação Climática (LIFE), o fundo para o Asilo, a Migração e Integração (FAMI), o Instrumento de Vizinhaça, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDCI), o Fundo para a Segurança Interna, e o Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras.

O Quadro 2 permite evidenciar o contributo desses instrumentos de financiamento para os investimentos e discrimina a fonte de financiamento por desafio transversal e estratégicos das Grandes Opções 2023-2026.

Quadro 2 – Financiamento das medidas de política e fontes de financiamento das Grandes Opções 2023-2026 (milhões de euros)

Desafios transversal e estratégicos	Programação plurianual (milhões de euros)					Fontes de financiamento (milhões de euros)			Total
	2022	2023	2024	2025	2026	PRR	Europeias	Nacionais	
Boa Governação	8 757	4 175	2 045	2 067	2 080	2 365	1 095	15 664	19 124
Alterações Climáticas	2 787	3 919	4 434	5 278	4 358	4 838	12 112	3 825	20 776
Demografia	734	1 562	1 807	2 123	2 059	3 794	1 019	3 472	8 285
Desigualdades	2 847	2 845	2 362	2 825	2 812	2 858	4 949	5 885	13 691
Sociedade digital, da criatividade e da inovação	1 457	3 856	2 666	2 982	3 033	7 219	5 580	1 195	13 994
Total	16 581	16 358	13 314	15 275	14 343	21 074	24 755	30 042	75 870

Atualização do Plano de Recuperação e Resiliência

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um dos principais instrumentos para a concretização da Estratégia Portugal 2030, no âmbito do mecanismo de financiamento extraordinário da União Europeia (UE) NextGenerationEU. O contexto da sua implementação tem sido distinto daquele para que foi concebido e aprovado, pelos efeitos decorrentes da guerra na Ucrânia, que tem criado grandes desafios no mercado da energia da UE e causado disrupção nas cadeias de abastecimento, provocando constrangimentos no acesso a matérias-primas e um aumento generalizado e globalizado da taxa de inflação. Atualmente, nesta nova conjuntura, o PRR está em processo de reprogramação ao abrigo do artigo 21.º do Regulamento (UE) 2021/241, pelo que a sua dotação global compreende:

- O aumento em 1,6 mil milhões de euros, decorrente da atualização das subvenções, conforme o artigo 11.º do Regulamento (UE) 2021/241;
- A adição de 785 milhões de euros devido à integração de um novo capítulo relativo ao plano REPowerEU;
- O reforço financeiro dos investimentos já previstos e a alteração dos respetivos marcos e metas ou da sua calendarização.

A dotação máxima do PRR passará a ser de 20,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 2,3 mil milhões de euros em subvenções e 1,6 mil milhões de euros em empréstimos, face ao plano aprovado em julho de 2021.

Sendo o PRR um instrumento de transformação estrutural do país, são reforçadas financeiramente as suas Agendas/Alianças Mobilizadoras, de 930 milhões de euros para 2,85 mil milhões de euros, para melhorar o estado social e a resposta aos desafios das transições climática e digital. São também reforçados em 165 milhões de euros os investimentos em ciência e nas instituições de ensino superior (IES), salientando-se os do programa Impulso Digital e Ciência Mais Capacitação, de modernização tecnológica e digital da formação superior, de desenvolvimento do seu ecossistema de inovação e de apoio à investigação fundamental. O reforço do investimento na nova geração de respostas sociais em 100 milhões de euros, elevando-o para 517 milhões de euros, permitirá continuar o alargamento da rede de creches ou dos serviços de apoio domiciliário.

Decorrente do plano REPowerEU, é feito um reforço substancial na transição climática, pelos investimentos de 120 milhões de euros na eficiência energética em edifícios residenciais, e de 70 milhões de euros na descarbonização dos transportes públicos, pela entrada em circulação de 200 novos autocarros com emissões nulas. O investimento na descarbonização da indústria é também aumentado para apoiar as empresas na transição e na adaptação a uma economia neutra em carbono e circular, estando em curso ainda, a identificação de projetos de investimento empresarial que permitam fomentar o PRR como promotor das transições verde e digital por meio de empréstimos.

Atualização do Plano de Recuperação e Resiliência (continuação)

Por último, na sequência da identificação de novas necessidades em projetos já planeados ou em execução, serão reforçados financeiramente aqueles cujos pressupostos de execução tenham sido alterados por via da evolução da conjuntura económica global, dos custos da energia e das matérias-primas e das dificuldades de fornecimento de materiais. Neste contexto, são exemplos dessa necessidade de reforço financeiro, a assegurar com recurso a empréstimos no âmbito do PRR ou a financiamento nacional, os investimentos relacionados com o apoio no acesso à habitação como a da Região Autónoma da Madeira, com as infraestruturas rodoviárias, com a expansão das redes de metro de Lisboa e do Porto, ou ainda com o Cluster do Mar dos Açores.

Nota: os valores aqui referidos são os que constam das GO 2023-2026 com informação disponível à data relativa à atualização do PRR submetida a consulta pública, sendo inferiores à proposta final submetida à Comissão Europeia cuja dotação máxima equivale a 22,2 mil milhões de euros, com um adicional de 2,4 mil milhões de subvenções e 3,2 mil milhões de euros de empréstimos.

A estratégia delineada pelo XXIII Governo Constitucional nas Grandes Opções 2023-2026 continua alinhada com outros importantes instrumentos de planeamento como o Programa Nacional de Reformas (PNR) e as respostas às recomendações específicas por país (REP) nele inscritas, a Estratégia Portugal 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência, o PT 2030, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (e respetivo Plano de Ação) e outras agendas transversais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Especificamente, em relação aos ODS refere-se o Relatório Voluntário Nacional 2023, o lançamento do Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030, juntamente com a conceção do mapeamento dos instrumentos de política pública nacionais que contribuem para a implementação e cumprimento das suas metas, além da Estratégia da Cooperação Portuguesa (ECP) 2030. De acordo com o relatório *The Europe Sustainable Development Report 2022*² (dezembro), o desempenho de Portugal em relação aos ODS situa-se em 18º lugar, com uma pontuação de 70,6, ou seja, numa posição alinhada com a do conjunto dos países da UE, cuja pontuação é de 72,0. Quanto aos grandes desafios de desenvolvimentos sustentável, segundo o EUROSTAT³, o país está a cumprir o ODS 10 – reduzir as desigualdades, apresenta progressão moderada nos ODS 4 – educação de qualidade, ODS 5 – igualdade de género e ODS 9 – indústria, inovação e infraestruturas, e regride nos ODS 13 – ação climática e ODS 14 – proteger a vida marinha.

² <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopmentreport/2022/europe-sustainable-development-report-2022.pdf>

³ <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/4031688/14665125/KS-06-22-017-EN-N.pdf/8febd4ca-49e4-abd3-23ca-76c48eb4b4e6?t=1653033908879>

2. Boa governação

A boa governação como desafio transversal é orientada para as contas equilibradas e sustentáveis, para o reforço de uma Administração Pública capaz de prestar serviços públicos de qualidade, particularmente o SNS e a escola pública, para o fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania bem como para um exercício capaz das funções de soberania.




Para prosseguir o desafio transversal da boa governação foram definidos como prioritários os domínios de intervenção seguintes:

- **Recuperação e convergência.**
- **Resposta ao aumento dos preços.**
- **Qualidade dos serviços públicos.**
- **Serviço Nacional de Saúde.**
- **Pacto social para a educação.**
- **Qualidade da democracia.**
- **Funções de soberania.**

O ano de 2022 consolidou a retomada da trajetória de crescimento interrompida por efeito dos choques decorrentes da crise pandémica, primeiro, e da ofensiva russa na Ucrânia, depois, de acordo com o representado no Quadro 3. Neste processo foi também reabilitada a reputação de credibilidade, estabilidade e sustentabilidade perante os parceiros nacionais e internacionais, tendo sido melhorados os *ratings* da República definidos por várias das agências de notação.

Importa ainda, relativamente ao Estado de direito democrático, continuar a garantir e proteger as liberdades e os direitos fundamentais, o que passa por persistir na melhoria da qualidade da democracia e na valorização das funções de soberania, entre as quais a da Defesa Nacional.

Quadro 3 – Indicadores de contexto da boa governação

Indicadores de contexto	Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
		2010	2015	2022	
Taxa de Inflação	%	3,60 (2011)	0,50	7,80	↑
PIB – Produto Interno Bruto a preços de mercado (taxa de variação em volume)	%	-4,10 (2012)	1,80	6,70	↑
Dívida Pública em Percentagem do PIB*	%	129,00 (2012)	131,20	114,70	↓
Despesa Pública em Defesa em Percentagem do PIB	%	1,90	1,00	0,80 (2021)	↓
Despesas em Saúde em Percentagem do PIB	%	10,03	9,30	10,60 (2020)	↑
Legenda:	 Evolução no sentido desejado		 Evolução no sentido indesejado		 Sem alterações
	Sem avaliação – série curta/irregular		*Dados do Ministério das Finanças		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Os objetivos deste desafio transversal estão alinhados com a Estratégia Portugal 2030, em particular, o investimento na qualidade dos serviços públicos que apresenta um contributo relevante para a prossecução da agenda temática 2 (digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento), e para a agenda temática 4 (um país competitivo externamente e coeso internamente).

Diversos instrumentos de planeamento e de políticas públicas apresentadas no Quadro 4 servem a estratégia orientada para a boa governação.

Quadro 4 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas associados ao desafio transversal, boa governação

Desafio transversal: boa governação		
Domínio	Instrumento de planeamento	Situação
Qualidade dos serviços públicos	Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública	2020-2023
Serviço Nacional de Saúde	Plano Nacional de Saúde 2021-2030	Em elaboração
Qualidade da democracia	Estratégia Nacional Anticorrupção	2020-2024
Funções de soberania	Conceito Estratégico de Defesa Nacional	Em revisão
	Lei de Programação Militar	Em revisão
	Lei de Infraestruturas Militares	Em revisão
	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo	2015-
	Estratégia Nacional de Ciberdefesa	2022-2027
	Estratégia da Defesa Nacional para o Espaço	2020-2030
	Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar	Em revisão
	Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade	2022-2025
	Conceito Estratégico de Segurança Interna	Em elaboração
	Programação de Infraest. e Equip. das Forças e Serviços de Segurança	2022-2026
	Estratégia Integrada de Segurança Urbana 2022-2026	Em elaboração
	Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva	2021-2030
	Estratégia de Segurança Rodoviária 2021-2030	2021-2030
	Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	2021-2030
	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)	2023-2027
Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais	2018-2023	
Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica de Defesa	Em revisão	

Os objetivos do desafio transversal da boa governação serão atingidos em parte pela execução de um conjunto de medidas cuja programação se apresenta no Quadro 5.

Quadro 5 – Programação dos investimentos associados ao desafio transversal, boa governação

Programação plurianual do desafio transversal: boa governação (milhões de euros)							Indicativo da fonte de financiamento			
Áreas de Política	2022	2023	2024	2025	2026	Total	PT2030	PT2020	PRR	Fundos Nacionais
Contas certas para a recuperação e convergência	102	163	98	134	147	644	X	X	X	
Resposta ao aumento dos preços	7 072	2 024	45	0	0	9 141				X
Valorizar a administração pública	288	287	266	292	272	1405		X	X	X
SNS mais justo e inclusivo	783	866	784	845	932	4211	X	X	X	X
Simplificar, uniformizar e desmaterializar o atendimento	41	73	83	73	66	337			X	
Valorizar as funções de soberania	469	763	768	723	663	3 386			X	X
Subtotal	8 757	4 175	2 045	2 067	2 080	19 124	X	X	X	X

Nota: valores relativos a 2022 correspondem à estimativa de execução | Fontes Nacionais - inclui Orçamento do Estado, orçamento da Segurança Social e outros fundos nacionais

A implementação de políticas públicas adequadas, eficazes e eficientes requer a existência de condições de boa governação ao nível dos domínios de intervenção definidos como prioritários.

Recuperação e convergência – Portugal, nos próximos anos deverá continuar o processo de convergência económica e crescerá acima da média da União Europeia (PIB nacional a crescer 6,1% entre 2019 e 2024), o rácio da dívida pública em relação ao PIB, em 2022, recuou para níveis pré-pandemia e até pré-troika. O Governo irá consolidar este caminho prossequindo uma política orçamental centrada na recuperação sustentável da economia, promovendo a justiça social e a proteção do ambiente e visando o pleno aproveitamento dos fundos europeus, que constituem uma oportunidade única para transformar o país e aproximar o padrão de vida nacional da média europeia. O PRR prevê o investimento em Sistemas de Informação de Gestão Financeira Pública que consiste na implementação de soluções integradas de gestão (142 milhões de euros).

Resposta ao aumento dos preços – O Governo, com o objetivo de mitigar os efeitos da inflação, continuará a acompanhar a evolução da situação macroeconómica e sempre que necessário, adotará medidas de carácter excecional direcionadas para as famílias e para os setores mais vulneráveis aos efeitos do aumento de preços; adotará ações de carácter mais geral, de contenção de preços da energia e dos produtos petrolíferos; e adotará medidas que farão face aos desafios de dimensão nacional e europeia que a atual situação revelou e acentuou, designadamente a redução da dependência global de combustíveis fósseis, a aceleração da capacidade produtiva de energia renovável e a maior integração dessa capacidade da Península Ibérica no mercado único da energia. Em março de 2023, o Governo adotou um novo pacote de medidas de resposta à evolução desfavorável dos preços para o que afetou verbas resultantes de um saldo orçamental acima do projetado, sobretudo: a redução do IVA para 0% relativo a um cabaz de bens essenciais, o apoio à produção agrícola devido ao aumento dos custos de produção (140 milhões de euros); aumento extraordinário dos salários e subsídio de alimentação da Administração Pública (AP) em respetivamente 1% e 15,4% (cerca de 18 euros por mês para todos os trabalhadores da AP), o apoio extraordinário de 30 euros por mês aos agregados vulneráveis e o complemento de 15 euros por mês a todas crianças e jovens beneficiárias do abono de família até ao 4.º escalão.

Qualidade dos serviços públicos – Os serviços públicos de qualidade são um dos meios mais importantes para a redução das desigualdades e para a melhoria das condições de vida de todos, além de serem uma das bases da eficácia das políticas públicas e da coesão social, indispensáveis à qualidade da democracia. A qualidade dos serviços públicos depende da sua universalidade, da sua distribuição pelo território e ainda da sua tendencial gratuitidade. Também depende da valorização, da capacitação e do rejuvenescimento da administração pública (AP), para o que o Governo, em 2022, alcançou o Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública. Este procura garantir, a partir de 2023, previsibilidade, justiça e equidade às condições salariais na AP, valorizando as remunerações de todos os trabalhadores, através de um aumento anual equivalente a um nível remuneratório (cerca de 52 euros) ou de um mínimo de 2%. O PRR prevê investimento em serviços públicos e consulares como Lojas e Espaços Cidadão (188 milhões de euros), em reforço do quadro geral de cibersegurança (41 milhões de euros) e em infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (79 milhões de euros).

Serviço Nacional de Saúde – É no contexto da evolução das necessidades em saúde, do aumento das exigências e expectativas da população que o serviço público de saúde tem centrado a sua ação, de forma a proteger e melhorar a qualidade de vida das pessoas, desde que nascem até ao final da vida. Está em curso um ambicioso plano de reforço e valorização dos recursos humanos do SNS, com foco na melhoria das carreiras profissionais, promovendo a motivação pelo trabalho no SNS, o equilíbrio entre a vida familiar e profissional e a contínua evolução científico-profissional. Destaca-se a aprovação, em 2022, do novo Estatuto do SNS, o qual permitiu criar também a Direção Executiva do SNS, que tem como missão coordenar a resposta assistencial das unidades de saúde do SNS, assegurando o seu funcionamento em rede, a melhoria contínua do acesso a cuidados de saúde, a participação dos utentes e o alinhamento da governação clínica e de saúde. Em termos de investimentos do PRR, estão previstas mais respostas de cuidados de saúde primários (466 milhões de euros), a transição digital da saúde (257 milhões de euros), o desenvolvimento da rede nacional de cuidados integrados e a rede nacional de cuidados paliativos (205 milhões de euros), o equipamento de hospitais (Seixal, Sintra e Lisboa Oriental) (180 milhões de euros) e a conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências (88 milhões de euros). No PT 2030 está planeado apoiar investimentos para

garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, a resiliência dos sistemas de saúde e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados na família e de proximidade (71 milhões de euros). No âmbito do Orçamento do Estado (e outros fundos nacionais) está prevista a eliminação das taxas moderadoras (844 milhões de euros), a capacitação da rede hospitalar e investimentos em infraestruturas e equipamentos de saúde (1294 milhões de euros).

Pacto social para a educação – A política educativa tem-se focado na melhoria da qualidade das aprendizagens, assumindo que o contexto socioeconómico como fator preditor do insucesso escolar não é uma fatalidade. Agindo preventivamente e não desistindo de ninguém, mesmo os adultos que não tiveram oportunidade de estudar, são peças fundamentais de uma política educativa inclusiva e promotora de uma cidadania que se alicerça no conhecimento e no domínio de competências essenciais. Para isso, o Governo promove a autonomia das escolas, a descentralização e desburocratização, garante os professores necessários à missão da escola pública pela alteração do regime de recrutamento e redução das tarefas burocráticas que constroem a atividade educativa dos docentes e reforça a participação dos alunos.

Qualidade da democracia – A democracia é uma construção permanente que implica prosseguir o caminho da melhoria da qualidade das instituições democráticas e do seu funcionamento, promovendo a participação dos cidadãos, renovando e qualificando a classe política, aproximando a legislação dos seus destinatários, protegendo os direitos e liberdades fundamentais e investindo numa efetiva educação para a cidadania. A intervenção do Governo foca-se na promoção da literacia democrática e cidadania, na garantia da liberdade de acesso à profissão, no combate determinado contra a corrupção, no potenciar a autonomia regional e no aprofundar a descentralização.

Funções de soberania – Com a agressão militar russa à Ucrânia, a participação portuguesa na UE aumenta em vários planos: seja no plano geoestratégico (implementação da nova Bússola Estratégica para a política comum de segurança e defesa); seja no plano político-diplomático (sanções em curso contra a Rússia e a procura de criar condições para uma negociação que garanta uma solução para o conflito); seja no plano humanitário (acolhendo os refugiados deslocados da Ucrânia); seja no plano militar (fornecendo material, equipamento e formação, capacitando as Forças Armadas Ucrainianas), seja no plano económico (medidas para diminuir a dependência energética da Europa, conter a escalada dos preços e preservar o tecido económico e o emprego). A sua concretização requer a implementação de um conjunto de políticas públicas centradas na preparação da defesa nacional para os desafios da década 2020-2030, pela adaptação da Defesa Nacional à realidade contemporânea e às novas missões; no robustecimento da segurança interna e em assegurar uma justiça eficiente, ao serviço dos direitos e do desenvolvimento económico-social. Prosseguir-se-á com os níveis elevados de execução da Lei de Programação Militar (LPM) alcançados em 2022. No âmbito do Orçamento do Estado e outras fontes de financiamento nacionais (2022-2026) estão previstos investimentos na LPM (2263 milhões de euros), na Lei das Infraestruturas Militares (119 milhões de euros) e na modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança (607 milhões de euros). O PRR, por sua vez, aponta investimentos em justiça económica e ambiente de negócios (233 milhões de euros) e no Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval (111 milhões de euros).

3. Alterações climáticas






O desafio estratégico das alterações climáticas está implícito no objetivo assumido por Portugal para atingir a neutralidade carbónica até 2050. Concorrem para tal a mitigação dos impactos decorrentes da atual crise energética, o reforço da aposta na aceleração da transição energética e numa melhor gestão dos recursos hídricos do país. A reduzida dependência energética da Rússia, o acesso a fontes alternativas para o aprovisionamento de energia e o elevado peso das energias renováveis colocam Portugal numa posição privilegiada para contribuir para o reforço da resiliência energética da UE face à Rússia, tal como exposto na Comunicação REPowerEU apresentada pela Comissão Europeia a 18 de maio de 2022.

É perante o desafio estratégico das alterações climáticas que se centram quatro domínios de intervenção:

- **Transição energética.**
- **Mobilidade sustentável.**
- **Economia circular.**
- **Adaptação e valorização do território.**

O atual contexto, cujos indicadores são apresentados no Quadro 6, exige a aceleração da transição para as energias renováveis, de modo a assegurar menores emissões de gases com efeito de estufa, preços mais baixos, maior soberania energética e a proteção imediata dos consumidores mais expostos.

Quadro 6 – Indicadores de contexto das alterações climáticas

Indicadores de contexto	Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
		2010	2015	2021	
Superfície Agrícola em Agricultura Biológica por Percentagem de Área Agrícola Total Utilizada	%	5,80	6,53	8,05 (2020)	↑
Emissão de Gases de Efeito de Estufa	tCO ₂ eq/cap	5,68	5,68	4,93 (2020)	↓
Resíduos Urbanos Municipais Recicladados	%	18,70	29,80	30,50	↑
Distribuição Modal do Transporte de Passageiros	Ferroviário	4,40	4,20	2,7 (2020)	↓
	Rodoviário	95,60	95,80	97,30 (2020)	↑
Distribuição Modal do Transporte de Mercadorias	Ferroviário	10,90	14,10	14,20 (2020)	↑
	Rodoviário	89,10	85,90	85,80 (2020)	↓
Consumo Interno de Materiais <i>per Capita</i>	t/habitante	19,21	15,63	16,93 (2020)	⊖
Emissão de Gases de Efeito de Estufa sem Alteração de Uso do Solo e da Floresta	tCO ₂ eq/cap	6,52	6,53	5,59 (2020)	↓
Resíduos Urbanos Recolhidos <i>per Capita</i>	kg/cap	516,00	460,00	514,00	⊖
Taxa de Dependência Energética	%	76,10	76,40	67,10	↓
Percentagem de Energia Renovável no Consumo Final Bruto	Total	24,20	30,50	34,00	↑
	Transportes	5,60	7,40	8,60	↑
	Eleticidade	40,60	52,60	58,40	↑
	Aquecimento e Arrefecimento	33,80	40,10	42,70	↑
Legenda:	  Evolução no sentido desejado		  Evolução no sentido indesejado		 Sem alterações
	Sem avaliação – série curta/irregular				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Salienta-se o alinhamento dos objetivos do desafio estratégico, com a agenda transição climática e sustentabilidade prevista na Estratégia Portugal 2030, que prossegue dois objetivos complementares: por um lado, contribuir para a resposta aos desafios suscitados pelas alterações climáticas, apostando no aumento da

eficiência energética e no aproveitamento e no uso das energias renováveis; por outro lado, promover o uso eficiente e sustentável dos recursos, potenciando condições e oportunidades de geração de valor económico e de proteção ambiental. O país conta já com um conjunto consistente de instrumentos de planeamento e de políticas públicas que concorrem para a concretização do desafio estratégico, alterações climáticas (Quadro 7).

Quadro 7 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas do desafio estratégico, alterações climáticas

Desafio estratégico: alterações climáticas		
Domínio	Instrumento de planeamento	Situação
Transição Energética	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios	2021-2050
	Estratégia Nacional para o Hidrogénio	2021-2030
	Plano Nacional de Energia e Clima 2030	2021-2030
	Programa de Eficiência de Recursos na AP (ECO.AP)	2020-2030
	Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética	Em elaboração
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica	2019-2050
	Plano Nacional de Poupança de Energia	2022-2023
Mobilidade Sustentável	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável	2020-2030
	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal	Em elaboração
	Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transportes Públicos (PROTransP)	Em vigor
	Programa Ferrovia 2020	Em vigor
	PART-Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos	Em vigor
	Programa Nacional de Investimento 2030	Em elaboração
Economia circular	Estratégia Nacional para a Gestão de Lamas de ETAR Urbanas 2030	Em elaboração
	Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável 2030	2021-2030
	Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	2017-2030
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos – PNGR 2030	2023-2030
	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos – PERSU 2030	2023-2030
	Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos – PERNU 2030	Em elaboração
	Plano Nacional para a Promoção das Biorrefinarias 2030	2017-2030
	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360	2023-2030
Valorizar o Território	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030	Em elaboração
	Programa Nacional de Regadios	2014-2023
	Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 – “Terra Futura”	2020-2030
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	2018-2030
	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)	2017-2027
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	2009-2029
	Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)	2018-2023
	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	2015-2030
	Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	2021-2030
	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva	2021-2030
	Plano de Ação Litoral XXI	2017-2030
	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)	2023-2027
	Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Pontos Comerciais do Continente – Horizonte 2026	2017-2026

Os objetivos do desafio estratégico, alterações climáticas, serão atingidos, em parte, pela execução dos investimentos apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico, alterações climáticas

Programação plurianual do desafio estratégico: alterações climáticas (milhões de euros)							Indicativo da fonte de financiamento				
Áreas de Política	2022	2023	2024	2025	2026	Total	PT2030	PT2020	PRR	O. Fundos Europeus	Fontes Nacionais
Eficiência energética em edifícios e infraestruturas	166	172	299	252	166	1055	X	X	X		X
Produção e distribuição de energia renovável	17	130	282	171	103	703	X	X	X		
Descarbonização do tecido produtivo	1	202	351	287	241	1 083	X	X	X		
Ferrovia e Transportes Públicos	391	730	995	1 623	1 687	5 427	X	X	X	X	X
Mobilidade urbana sustentável	318	252	187	180	183	1 118	X	X	X		X
Economia circular	77	121	107	130	124	539	X	X	X		
Recursos hídricos	123	253	225	323	291	1 214	X	X	X		X
Floresta	29	128	127	173	146	603	X		X		
Mar	151	230	171	133	99	784	X	X	X		X
Adaptação e valorização do território	150	244	78	154	171	798	X	X	X		X
Conservação da natureza e biodiversidade	2	18	37	39	49	145	X				
Agricultura sustentável	1 362	1 409	1 485	1 690	1 002	6 948	X			X	
Valorização da faixa atlântica	0	41	94	115	96	346	X				
Subtotal	2 787	3 919	4 434	5 278	4 358	20 776	X	X	X	X	X

Nota: valores relativos a 2022 correspondem à estimativa de execução

O país tem uma posição geográfica muito exposta às alterações climáticas e reconhece os custos que penalizam a inação. Contudo, segundo a Comissão Europeia, Portugal é o país da UE que mais avançou rumo à neutralidade carbónica e que está em melhores condições de cumprir os objetivos de redução de emissões até 2030. É perante o desafio das alterações climáticas que se centram os quatro domínios de intervenção.

Transição energética – Envolve ações em três áreas de política:

- Eficiência energética em edifícios e infraestruturas** – Concretiza-se com a conclusão da transposição da diretiva relativa à eficiência energética (Diretiva (UE) 2018/2002), que desenvolve o quadro normativo nacional relativo à eficiência energética e à cogeração e a aprovação do Plano Nacional de Poupança de Energia, centrado na gestão da procura e na redução do consumo, no cumprimento do disposto no Regulamento (UE) 2022/1369 relativo a medidas de redução da procura de gás. No âmbito do PRR e desta área de política, é previsto investimento para a eficiência energética em edifícios (591 milhões de euros), para a eficiência energética de edifícios residenciais (281 milhões de euros) e para a eficiência dos edifícios de serviços do setor privado e da administração pública central, em linha com o Programa e Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP) (310 milhões de euros). Também o PT 2030 pretende promover a eficiência energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (119 milhões de euros).

- **Produção e distribuição de energias renováveis** – Implica rever o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, acelerar a sua concretização conjuntamente com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, racionalizar os procedimentos de licenciamento (pacote legislativo Ambiente+Simples), concretizar as interligações previstas, como os projetos Celza e Portuguese Hydrogen Backbone, e lançar o primeiro leilão internacional de energia eólica *offshore*, entre outras. O PRR contempla investimentos na produção e distribuição de hidrogénio e gases renováveis (185 milhões de euros). No âmbito do PT 2030 estão previstos investimentos em energias renováveis, no desenvolvimento de sistemas de energia inteligentes, redes e armazenamento fora da Rede Transeuropeia de Energia (114 milhões de euros).
- **Descarbonização do tecido produtivo** – Por via dos investimentos em descarbonização está prevista a elaboração de uma estratégia de critérios mínimos em linha com o Pacto Ecológico Europeu e a emissão de obrigações verdes para fomentar o microcrédito para soluções de baixo carbono. O PRR prevê a descarbonização da indústria (715 milhões de euros), apoiada em medidas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030. O PT 2030 prevê investimentos para a descarbonização do setor empresarial (245 milhões de euros).

Mobilidade sustentável – As ações de promoção deste domínio desenvolvem-se em duas áreas de política:

- **Ferrovia e transportes públicos** – Destaca-se, no último ano, a preparação do Plano Ferroviário Nacional que segue uma visão estratégica de longo prazo orientada para acelerar a transferência de passageiros e mercadorias para a ferrovia. Salientam-se também a conclusão dos investimentos do programa Ferrovia 2020, o início dos projetos do Programa Nacional de Investimento 2030 e a concretização de investimentos em novo material circulante. O PRR prevê a expansão das redes de transportes públicos urbanos (808 milhões de euros) e a descarbonização dos transportes públicos (48 milhões de euros). O Orçamento do Estado e outras fontes de financiamento nacionais preveem (2022-2026) o apoio à ferrovia e aos transportes públicos (1153 milhões de euros), designadamente os investimentos do Programa Ferrovia 2020, a expansão das redes do Metro de Lisboa e do Porto e a aquisição de frota. O PT 2030 apoiará os projetos ferrovia nas áreas metropolitanas, sistemas de transporte metropolitano e de transporte coletivo (511 milhões de euros) bem como os de desenvolvimento de uma Rede Transeuropeia de Transportes (509 milhões de euros). No âmbito do Mecanismo Interligar a Europa, em articulação com fontes de financiamento nacionais, serão apoiados investimentos estruturantes da rede ferroviária como a linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa, o Corredor Ferroviário Internacional Sul Sines-Caia e a modernização da Linha da Beira Alta (1440 milhões de euros).
- **Mobilidade urbana sustentável** – Tem-se concretizado na promoção do transporte coletivo, através da manutenção da redução dos preços dos passes dos transportes, dos bilhetes da CP e na promoção da mobilidade ativa e na generalização da mobilidade elétrica, partilhada e autónoma. O Governo dará continuidade aos programas PART e PROTANSP, o apoio à renovação de frotas com vista à descarbonização e à melhoria da integração da mobilidade elétrica com novas soluções. No âmbito do PT 2030 serão apoiadas formas alternativas de transporte destinadas à redução das emissões de carbono pelo setor dos transportes (81 milhões de euros). E, o Orçamento do Estado e outras fontes de financiamento nacionais preveem (2022-2026) apoiar a redução dos custos das famílias com os transportes públicos e melhorar a qualidade da oferta através do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (873 milhões de euros).

Economia circular – Destaca-se a aprovação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 (ECO360), a adoção do pacote legislativo Ambiente+Simples 2023 com a simplificação dos procedimentos para a reutilização de águas, bem como a eliminação de formalidades para utilização de resíduos na atividade industrial, a futura revisão da fiscalidade verde, a potenciação das medidas do Plano de Ação da Bioeconomia Sustentável 2030 com vista à elaboração de um plano de ação para o biometano e revisão do Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias 2030, o incentivo à produção e transação de produtos com menor pegada ecológica e apostar no desenvolvimento de um cluster nacional para a remanufactura com incentivos à reparação

e manutenção de produtos e equipamentos. No âmbito do PRR, os apoios preveem a promoção da bioeconomia (141 milhões de euros) – cujo principal objetivo é a incorporação de materiais de base biológica em alternativa aos de base fóssil, em três setores da atividade económica nacional, têxtil e vestuário, calçado e resinas naturais – assegurando uma maior competitividade e permitindo a transição para neutralidade carbónica de forma justa e coesa. O PT 2030 disponibilizará apoios para a recolha e tratamento eficiente de resíduos, a promoção da circularidade e da economia eficiente e regenerativa (219 milhões de euros).

Adaptação e valorização do território – As ações serão efetuadas de forma integrada e desdobram-se nas seguintes áreas de política:

- **Recursos hídricos** – Aposta de modo a assegurar a sua sustentabilidade e resiliência nos territórios mais afetados pelas alterações climáticas. O PRR prevê investimentos para mitigar a escassez hídrica no campo de ação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e do Programa de Ação para as Alterações Climáticas (304 milhões de euros) com medidas de redução de perdas de água, reforço do abastecimento e unidade de dessalinização. O PT 2030 prevê investimentos para a adaptação às alterações climáticas, para a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes e para a gestão sustentável da água (427 milhões de euros).
- **Floresta** – Prosseguir a reforma florestal potenciando o sequestro de carbono, pelo aumento e reconversão da área florestal para espécies mais adaptadas. Salienta-se a entrada em consulta pública do Regime Jurídico do Cadastro Predial e a entrada em vigor do diploma que regulamenta a contribuição especial para a conservação dos recursos florestais. No PRR, os investimentos preveem a proteção contra incêndios rurais (520 milhões de euros), que incluem a transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis (270 milhões de euros), a gestão de Faixas de Combustível (120 milhões de euros), o Programa MAIS Floresta (50 milhões de euros) e a aquisição de helicópteros. O PT 2030 prevê investimentos em meios materiais para a Proteção Civil como sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais (67 milhões de euros).
- **Mar** – Concretizar a Estratégia Nacional para o Mar e o respetivo Plano de Ação, prosseguindo a aposta nas energias renováveis oceânicas e fomentando a sustentabilidade das pescas. Destaca-se a aprovação do Plano para a Aquicultura em Águas de Transição para Portugal Continental e o Plano Estratégico para a Pequena Pesca para o período 2022-2030. O PRR prevê desenvolver a economia do mar (108 milhões de euros) pelo desenvolvimento do *Hub* Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul (87 milhões de euros), apoio à Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas (21 milhões de euros). O PT 2030 prevê apoios para a pesca, restauro e conservação de recursos biológicos aquáticos, aquicultura sustentável e transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura (339 milhões de euros).
- **Valorização do território** – Continuar o Programa Nacional de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas e desenvolver uma Plataforma Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, desenvolver as medidas do Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, proteger a costa e valorizar os ecossistemas litorais entre outros. A aposta no âmbito do PRR prevê financiamento para o Cadastro da Propriedade Rústica e para o Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (79 milhões de euros) que já entrou em funcionamento. No âmbito do PT 2030 os apoios são para as alterações climáticas, prevenção de riscos e resiliência a catástrofes (302 milhões de euros).
- **Agricultura sustentável** – Implementar o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, através das medidas nele previstas para uma agricultura mais justa e inclusiva, baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável e reforçar o conhecimento e o trabalho em rede orientado para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência do território. No PEPAC estão previstos investimentos na produção agrícola e florestal (2298 milhões de euros) e pagamentos diretos (1672 milhões de euros)

para a estabilização dos rendimentos dos agricultores, resiliência das explorações agrícolas e promoção e manutenção da atividade agrícola nas sonas rurais através de gestão ativa.

- **Conservação da natureza e biodiversidade** – Restaurar os serviços dos ecossistemas, a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras, e apoiar a investigação e inovação ligadas à biodiversidade. No PT 2030 estão previstos investimentos para proteger a natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição (110 milhões de euros).
- **Valorização da faixa Atlântica** – Através da promoção do espaço marítimo e reforço da rede de infraestruturas portuárias, com a atribuição à Infraestruturas de Portugal de competências para promover, em regime de concessão e as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas. No PT 2030 está previsto o apoio à Rede Transeuropeia de Transportes, através de ações de melhoria das condições de navegabilidade e acessibilidade marítimas e portuárias, melhorias tecnológicas na gestão de tráfego, expansão e requalificação das acessibilidades às infraestruturas logísticas associadas aos portos, melhoria dos equipamentos e das capacidades digitais das infraestruturas portuárias (131 milhões de euros).

4. Demografia

O desafio estratégico da demografia orienta as medidas de política para um maior equilíbrio demográfico, para a criação de condições para que as famílias tenham o número de filhos que desejam ter, para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, para a criação de emprego sustentável e de qualidade, para o acesso a habitação adequada a preços acessíveis, para a conciliação da vida pessoal, familiar profissional, para o acolhimento e integração de imigrantes e refugiados, para a promoção da regularidade dos trajetos migratórios, e reforço dos meios para a prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.




Foram definidos cinco domínios de intervenção prioritários para fazer face ao desafio demográfico:

- **Natalidade.**
- **Emprego.**
- **Habitação.**
- **Migrações.**
- **Envelhecimento e qualidade de vida.**

O índice sintético de fecundidade registou progressos nos anos mais recentes, acompanhando as melhorias das condições de vida da população, alavancadas na política de devolução de rendimentos, de criação de emprego de qualidade e da melhoria da resposta dos serviços públicos conforme apresentado no Quadro 9, entre outros indicadores de contexto.

Quadro 9 – Indicadores de contexto da demografia

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2021	
Jovens que não Estudam nem estão em Educação ou Formação (% população dos 15-29)		%	13,30	13,20	9,50	↓
Desemprego da população ativa (20-64 anos)	Total HM	%	12,10	12,70	5,90 (2022)	↓
	Homens		12,00	12,80	5,50 (2022)	↓
	Mulheres		12,20	12,80	8,30 (2022)	↓
Privação Severa das Condições da Habitação por Grau de Urbanização	Área Predominantemente Urbana	%	7,60	6,50	5,20 (2020)	↓
	Área Mediamente Urbana		5,00	2,70	3,40 (2020)	Sem avaliação
	Área Predominantemente Rural		2,50	4,10	2,20 (2020)	Sem avaliação
Taxa Sobrecarga das Despesas em Habitação por Tipo de Área Urbana	Área Predominantemente Urbana	%	8,30 (2011)	9,50	5,40 (2022)	↓
	Área Mediamente Urbana		6,80 (2011)	10,00	5,10 (2022)	↓
	Área Predominantemente Rural		5,60 (2011)	7,30	4,10 (2022)	↓
Índice de Preços da Habitação (Base 2015)		Índice 2015=100	107,36	100,00	168,84	↑
Índice Sintético de Fecundidade		N.º	1,39	1,31	1,41 (2020)	=
Saldo Migratório		N.º/1000 Habitante	0,40	-1,00	9,60	↑
Saldo Natural		N.º/1000 Habitante	-0,40	-2,20	-4,40	↓
Anos de Vida Saudável aos 65 Anos	Total	Anos	6,40	6,10	7,70 (2020)	↑
	Homens		7,10	7,00	8,40 (2020)	↑
	Mulheres		5,80	5,40	7,10 (2020)	↑
Total			19,30	20,00	19,90	=

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2021	
Esperança de Vida aos 65 Anos	Homens	Anos	17,20	18,00	17,80	⊖
	Mulheres		21,00	21,70	21,70	⊖
Legenda:						
 Evolução no sentido desejado Sem avaliação – série curta/irregular		 Evolução no sentido indesejado	 Sem alterações			

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O desafio estratégico, demografia, está alinhado com a agenda da Estratégia Portugal 2030: as pessoas primeiro um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade, que pretende reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, como o desemprego de longa duração, a pobreza, as desigualdades e a precariedade laboral. Também se encontra alinhado com os objetivos da UE no que se refere aos pilares de políticas para a próxima geração, transição digital, coesão social e territorial, saúde e resiliência económica, social e institucional. Para atingir os objetivos, Portugal dispõe dos instrumentos de planeamento e de políticas listados no Quadro 10.

Quadro 10 – Instrumentos de planeamento e de políticas públicas associados ao desafio estratégico, demografia

Desafio estratégico: demografia		
Domínio	Instrumento de planeamento	Situação
Emprego	Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no M. T.	2023-
	Acordo de Formação Profissional e Qualificação	2021-
Habitação	Programa Nacional de Habitação	2023-2026
	Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Direito	2018-
	Parque Público de Habitação a Preços Acessíveis	2022-2026
	Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível	2021-2026
	Programas de apoio ao arrendamento – a Porta 65 Jovem	2007-
	Programa Chave na Mão	2018
	Programa Da Habitação ao Habitat	2018-2022
	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	2021-2026
	Programa Porta de Entrada	2018-
	Programa de Intervenções em Habitações	2022-2025
Migrações	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações	2019-
	Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP	2022-
	Programa Regressar	2019-2026
Envelhecimento e Qualidade de Vida	Programa Nacional de Desporto para Todos	2012-
	Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas	2017-
	Programa Estratégico do Desporto Escolar	2021-2025
	Plano Ação Envelhecimento Ativo e Saudável	Em vigor

Os objetivos do desafio estratégico demográfico serão atingidos, em parte, pela execução dos investimentos apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 – Programação dos investimentos associadas ao desafio estratégico, demografia

Programação plurianual do desafio estratégico: demografia (milhões de euros)							Indicativo da fonte de financiamento			
Áreas de Política	2022	2023	2024	2025	2026	Total	PT2030	PT2020	PRR	Fontes Nacionais
Políticas de apoio à infância	114	177	217	241	241	990				X
Emprego	420	353	164	246	249	1 431	X	X	X	
Habitação	133	875	1 179	1 303	1 181	4 670	X	X	X	X
Migrações	14	7	1	3	3	28	X	X		X
Envelhecimento e qualidade de vida	53	152	245	331	385	1 166	X	X	X	X
Subtotal	734	1 562	1 807	2 123	2 059	8 285	X	X	X	X

Nota: Valores relativos a 2022 correspondem à estimativa de execução | Fontes Nacionais - inclui Orçamento de Estado, orçamento da Segurança Social e outros fundos nacionais

A resposta ao desafio da demografia centra-se em cinco domínios de intervenção prioritários:

Natalidade – O objetivo da política pública de natalidade passa por criar condições para que as famílias possam ter os filhos que desejam, permitindo-lhes desenvolver projetos de vida com maior qualidade e segurança e com conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar. Visam a promoção do bem-estar da sociedade, consentânea com as aspirações e os projetos das pessoas e não apenas uma política de melhoria das perspetivas demográficas do país. Destacam-se a este propósito a entrada em vigor da medida “gratuidade das creches”, destinada a abranger todas as crianças nascidas depois do dia 1 de setembro de 2021, a concretização de medidas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, e as medidas de natalidade e de parentalidade como o teletrabalho, os horários de trabalho e as licenças, entre outros.

Emprego – A intervenção no domínio emprego continuará a passar por um conjunto de ações direcionadas para promover o trabalho digno em todas as suas dimensões; reforçar o combate à precariedade; promover a dimensão coletiva das relações de trabalho; reforçar os serviços públicos de emprego, a orientação das políticas ativas para o trabalho digno e um mercado de emprego mais inclusivo. A aprovação da Agenda do Trabalho Digno e a Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho apresentam medidas de combate ao recurso abusivo ao trabalho temporário, ao falso trabalho independente, à contratação a termo injustificada e de recurso a políticas e serviços públicos que contribuam para um mercado de emprego mais inclusivo e de acordo com o Compromisso Emprego Sustentável (230 milhões de euros) do PRR. No PT 2030 estão previstos apoios ao acesso ao emprego de todos os candidatos (467 milhões de euros) que se dividem em apoios à contratação, estágios, criação do próprio emprego, participação equilibrada no mercado de trabalho, conciliação vida profissional-familiar, integração de grupos vulneráveis, etc.

Habitação – Destaca-se a recente aprovação do Programa Nacional de Habitação e a Nova Geração de Políticas de Habitação que define os objetivos, as prioridades, os programas e as medidas de fundo do Governo até 2026. Em particular, o plano de intervenção, Mais Habitação, aumentará a oferta de imóveis para habitação, simplificará os processos de licenciamento, aumentará o número de casas para arrendamento, tornará isenta de mais-valias a venda de uma casa para efeitos de amortização de crédito à habitação e combaterá a especulação. No âmbito do PRR, serão canalizados financiamentos para o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1.º Direito (1211 milhões de euros), para a bolsa nacional de alojamento urgente e temporário (176 milhões de euros) e empréstimos para o parque público de habitação a custos acessíveis (775 milhões de euros).

Migrações – Portugal precisa do contributo da imigração para sustentar o seu desenvolvimento económico, social, cultural e demográfico. Para isso, implementará o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP e outros programas específicos de promoção da imigração atribuindo autorização de residência de forma automática a imigrantes da CPLP, fora da UE promoverá acordos bilaterais de migração regulada, reforçará os programas de integração de refugiados na sociedade e incentivará o regresso de emigrantes e lusodescendentes. No âmbito do PT 2030 foram previstos apoios para a inclusão ativa, a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a participação ativa, a melhoria da empregabilidade e a integração de grupos vulneráveis na sociedade (10 milhões de euros).

Envelhecimento e qualidade de vida – As medidas de política serão dirigidas também aos cidadãos seniores de maneira a preparar os sistemas de emprego, de saúde, de proteção social para lidar com as consequências e com os novos riscos do envelhecimento, como, por exemplo, a aprendizagem ao longo da vida ou no campo da saúde, prevenindo casos de violência e impedindo práticas discriminatórias em função da idade. O PRR neste âmbito, inclui financiamentos para a Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (417 milhões de euros) e para o Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (10 milhões de euros). No PT 2030 está previsto promover a igualdade de acesso a serviços de qualidade e em tempo útil; proteção social, sistemas de saúde e cuidados prolongados (8 milhões de euros).

5. Desigualdades




O desafio estratégico das desigualdades tem como desígnio principal a atenuação das desigualdades (intensificadas pelos efeitos do choque sanitário e económico), com uma intervenção de fundo que garanta condições e oportunidades de vida mais equitativas e um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território nacional.

O desafio estratégico das desigualdades está orientado para cinco domínios de intervenção:

- **Igualdade de género e combate às discriminações.**
- **Rendimentos e justiça fiscal.**
- **Erradicação da pobreza.**
- **Educação.**
- **Coesão territorial.**

O ano de 2021, que é o ano mais recente com dados disponíveis, mostra já sinais claros de recuperação da crise pandémica de COVID-19, estando a maior parte dos indicadores a convergir para os níveis anteriores à mesma, de acordo com o apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Indicadores de contexto das desigualdades

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2021	
Taxa de Risco de Pobreza (Após Transferências Sociais)	Total HM	%	18,0	19,0	16,4	↓
	Homens		17,6	18,2	15,9	↓
	Mulheres		18,4	19,6	16,8	↓
Percentagem das Remunerações no PIB		%	47,2	43,6	48,0	↑
Disparidades Salariais entre Géneros, de Forma não Ajustada pela Atividade*		%	12,8	16,0	11,9	↓
Coeficiente de Gini		Escala 0-100	34,2	33,9	32,0	↓
Desigualdade na Distribuição de Rendimentos S80/S20	Total	N.º	5,7	5,9	5,1	↓
	Homens		5,8	5,9	5,2	↓
	Mulheres		5,6	5,8	5,1	↓
Taxa de Abandono Precoce na Educação e Formação		%	28,3	13,7	5,9	↓
Taxa de Escolaridade do Nível de Ensino Secundário (20-64 Anos)	20-24 Anos	%	64,6*	77,0	89,6	↑
	25-64 Anos	%	34,6*	45,1	59,5	↑
Taxa de Escolaridade do Nível de Ensino Superior (30-34 Anos)		%	24,0	31,9	43,7	↑
Diplomadas/os do Ensino Superior em Áreas C&T na Pop. Residente com Idade 20-29 Anos		N.º/1000 Habitante	18,6 (2013)	18,6	21,7 (2020)	↑
Taxa de Participação na Educação e Formação (Últimas 4 Semanas)	Total	%	9,8	13,7	16,8	↑
	Homens		9,9	13,9	16,2	↑
	Mulheres		13,7	13,6	17,3	↑
Taxa de Privação Material e Social		%	27,0	22,1	13,5	↓
Legenda:	 Evolução no sentido desejado	 Evolução no sentido indesejado		 Sem alterações		
	Sem avaliação – série curta/irregular	*Atividade=indústria, construção e serviços (exceto administração pública, defesa e segurança social obrigatória)				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O conteúdo do desafio estratégico das desigualdades encontra-se alinhado com parte relevante de duas das agendas da Estratégia Portugal 2030: as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; e um país competitivo externamente e coeso internamente. Adicionalmente, este desafio converge com o Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, tendo já tido expressão na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), na qual está inscrito um conjunto de objetivos e metas, dos quais se destaca a redução, até 2030, de pobreza monetária de pelo menos 660 mil pessoas. Um conjunto de instrumentos de planeamento e de políticas públicas serve a estratégia orientada para a diminuição sustentada e sustentável das desigualdades em Portugal, como se pode observar no Quadro 13.

Quadro 13 – Instrumentos de planeamento e de políticas associados ao desafio estratégico – desigualdades

Desafio estratégico: desigualdades		
Domínio	Instrumento de planeamento	Situação
Igualdade de género, combate às discriminações	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	2021-2025
	Estratégia Nacional para a Igualdade e a não Discriminação 2018-2030	2018-2030
	Plano Anual de Formação Conjunta em Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica	2015-2025
	Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação	2021-2025
Rendimentos e justiça fiscal	Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos dos Salários e da Competitividade	2022-2026
Erradicação da pobreza	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	2021-2030
	Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética	Em elaboração
	Estratégia Nacional p/a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	2021-2025
	Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Dto	2018
Educação	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania	2015-2025
	Plano 21 23 Escola+	2016-2026
	Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior	2017-2027
	Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar	2018-2028
Coesão territorial	Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço	2020-2030
	Estratégia Nacional de <i>Smart-Cities</i>	Em elaboração
	Programa de Captação de Investimento para o Interior	2018-2030
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	2015-2025
	Programa de Mobilidade para o Interior	2020-2027
	Programa de Valorização do Interior	2017-2027

Os objetivos do desafio estratégico das desigualdades serão atingidos pela execução de investimentos cuja programação se apresenta no Quadro 14. Esses são os investimentos programados à data de elaboração das Grandes Opções 2023-2026 e que abrangem fundos provenientes do PT 2030, do PT 2020 e do PRR.

Quadro 14 – Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico, desigualdades

Programação plurianual do desafio estratégico: desigualdades (milhões de euros)							Indicativo da fonte de financiamento			
Áreas de Política	2022	2023	2024	2025	2026	Total	PT2030	PT2020	PRR	Fundos Nacionais
Igualdade de género e combate às discriminações	52	69	40	65	62	288	X	X	X	
Rendimentos e justiça fiscal	560	560	560	560	560	2 800				X
Erradicação da pobreza	364	482	396	441	446	2 130	X	X	X	X
Educação	1 411	1 343	857	995	1 022	5 629	X	X	X	X
Coesão territorial	460	390	510	764	721	2 845	X	X	X	X
Subtotal	2 847	2 845	2 362	2 825	2 812	13 691	X	X	X	X

Nota: Valores relativos a 2022 correspondem à estimativa de execução | Fontes Nacionais - inclui OE, OSS e outros fundos nacionais

Em Portugal, o direito à igualdade e à não discriminação está consagrado no plano constitucional e densificado na legislação ordinária. Neste contexto, o país tem conseguido melhorias significativas na promoção da igualdade entre mulheres e homens e no combate às várias formas de discriminação, nomeadamente em razão do sexo, da orientação sexual, da identidade e expressão de género, e características sexuais e da origem racial e étnica. Os objetivos do desafio estratégico “Desigualdades” desenvolvem-se em cinco domínios de intervenção.

Igualdade de género e combate às discriminações – Apesar dos avanços conquistados, inclusive por via da remoção de obstáculos institucionais, subsistem desigualdades e fenómenos de discriminação, que devem ser combatidos. As vias de intervenção são a promoção e consubstanciação da igualdade entre homens e mulheres, a potenciação da autonomia e inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade e o combate ao racismo e qualquer outra forma de discriminação. São exemplo disso, a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 e o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-25. De entre os vários investimentos inscritos no PRR, dois têm um contributo relevante: Acessibilidades 360 (45 milhões de euros) e Plataforma+Acesso (3 milhões de euros). No âmbito do PT 2030 está planeado apoiar a promoção da igualdade de género, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis, participação equilibrada de género no mercado de trabalho, conciliação ente a vida profissional, pessoal e familiar, participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis (125 milhões de euros).

Rendimentos e justiça fiscal – As prioridades do Governo estão orientadas para a promoção da valorização salarial, o combate às desigualdades salariais, aos leques salariais excessivos nas empresas, a construção de um sistema fiscal mais justo, a promoção da progressividade fiscal e o reforço da cooperação europeia e internacional para combater as desigualdades globais. A reversão das tendências de agravamento da desigualdade e da perda de peso dos salários no rendimento nacional são melhorias resultantes das condições económicas do país, da evolução do salário mínimo nacional e do desagravamento fiscal. Destaca-se, em 2022, a assinatura do Acordo para a Melhoria dos Rendimentos e da Competitividade, de médio prazo, com as confederações patronais e com os sindicatos que inclui os compromissos de atualização plurianual real do salário mínimo nacional, de valorização do rendimento dos mais jovens pelos salários e alargamento do IRS Jovem, de extensão do Programa Regressar, de valorização da negociação coletiva na fixação dos salários, de um quadro fiscal adequado para a criação de emprego e valorização da contratação coletiva, e de criação de um Regime Geral de Taxas.

Erradicação da pobreza – A continuidade da aposta na recuperação do emprego e na promoção de condições de trabalho dignas é fundamental para combater a pobreza e a exclusão social, assim como repensar o sistema

de mínimos sociais. Destaca-se a criação da Garantia para a Infância para apoiar as famílias com crianças e jovens, através de uma prestação complementar ao Abono de Família para aqueles que estiverem em risco de pobreza; do aumento do valor do Abono de Família, dos primeiro e segundo escalões, para 600 euros anuais; e de um complemento de garantia para a infância que corresponderá à diferença entre o valor do abono e a dedução à coleta de IRS do agregado, atingindo o valor de 600 euros até aos 72 meses de idade e 492 euros após essa idade. Neste âmbito, o Governo atuará no sentido de reforçar os apoios do Estado aos grupos mais desfavorecidos e dar um novo impulso à economia social com a concretização da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e a criação de uma rede de incubadoras sociais. O Orçamento do Estado e outras fontes de financiamento nacionais preveem (2022-2026) os apoios: Garantia para a Infância (322 milhões de euros), Complemento Garantia para a Infância (552 milhões de euros) e aumento dos montantes dos 1.º e 2.º escalão do abono de família (297 milhões de euros). No quadro do PRR, a resposta ao domínio da erradicação da pobreza desdobra-se nos investimentos em Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (250 milhões de euros). No PT 2030 está planeado apoiar medidas para a inclusão ativa, igualdade de oportunidades, não discriminação, participação ativa, melhoria da empregabilidade, combate à privação material e medidas de acompanhamento (271 milhões de euros).

Educação – Reconhecendo a necessidade de tornar menos desiguais as condições de acesso e de sucesso na escola, o Governo continuará a aposta na inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades. As intervenções serão orientadas para o combate às desigualdades através da educação, para a melhoria das aprendizagens, para o estímulo à entrada e manutenção no ensino superior e para o aprofundamento do Programa Qualifica. A educação inclusiva foi prevista na implementação do Plano 21|23 Escola+ e outros que promovem a capacitação das escolas, os de apoio às aprendizagens, os de desenvolvimento de competências socio-emocionais, modernização de equipamentos e criação de laboratórios digitais, a conclusão da revisão do Catálogo Nacional de Qualificações, a redução de custos de frequência do ensino superior, a promoção do acesso ao ensino superior dos estudantes das vias profissionalizantes, o aumento do investimento no ensino superior para adultos e a implementação de ações inovadoras de ensino e aprendizagem no âmbito da iniciativa Skills 4 pós-COVID. O Orçamento do Estado e outras fontes de financiamento nacionais preveem (2022-2026) a gratuidade dos manuais escolares (355 milhões de euros), a redução da despesa da família com o ensino superior (400 milhões de euros). No âmbito do PRR destacam-se os investimentos na transição digital na educação (470 milhões de euros), no estímulo à entrada e combate ao abandono no ensino superior e no alojamento estudantil a custos acessíveis (375 milhões de euros), no Incentivo Adultos (95 milhões de euros) e na expansão da intervenção do Programa Qualifica a Administração Pública (16 milhões de euros). O PT 2030 prevê apoiar a educação e formação de base até ao ensino superior, ensino e formação incluindo adultos, igualdade de acesso e melhoria de infraestruturas do Ensino Superior (1480 milhões de euros).

Coesão territorial – A intervenção em coesão territorial consiste em corrigir as assimetrias regionais; qualificar o potencial endógeno, diversificar a base económica; promover a atração de investimentos, a fixação de pessoas nos territórios do interior; afirmar os territórios transfronteiriços; e assegurar serviços de proximidade. No cumprimento do Programa de Valorização do Interior, o Governo tem implementado várias medidas de incentivo à fixação de trabalhadores no interior. Será assim, desenvolvida e adotada uma estratégia nacional de desenvolvimento regional e urbano, tendo em vista a capacitação e inovação nos mecanismos de territorialização integrada de governação colaborativa multinível e a efetivação equilibrada de resultados das políticas públicas no território. No âmbito do PRR estão previstos o projeto Missing Links e o aumento da capacidade da rede de estradas (312 milhões de euros), áreas de acolhimento empresarial (110 milhões de euros), acessibilidades rodoviárias (142 milhões de euros) e ligações transfronteiriças (65 milhões de euros). O PT 2030 pretende apoiar investimentos para promover a conectividade digital (72 milhões de euros), a igualdade de acesso a serviços de educação de maior qualidade e diversidade (205 milhões de euros) e para promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança (710 milhões de euros).

6. Sociedade digital, da criatividade e da inovação

O desafio estratégico da sociedade digital, da criatividade e da inovação pretende alcançar uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento, em que o crescimento da produtividade se baseia na inovação e na qualificação das pessoas; uma sociedade inclusiva, que a todos confere competências para poderem participar nas oportunidades criadas pelas novas tecnologias digitais; uma economia aberta, apoiada no processo de internacionalização das empresas e na modernização da sua estrutura produtiva. Também reconhece as externalidades positivas dos setores cultural e criativo, do turismo e das atividades abertas ao consumidor (comércio a retalho, prestação de serviços, restauração e similares). O desafio estratégico da sociedade digital, da criatividade e da inovação, desenvolve-se em quatro domínios:

- **Economia 4.0.**
- **Competências digitais.**
- **Cultura.**
- **Valorização das atividades e proteção dos consumidores.**

Os indicadores de contexto associados ao desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e da inovação, apresentam-se Quadro 15. No contexto da ciência e tecnologia, assinala-se que a despesa total em investigação e desenvolvimento (I&D) atingiu em 2021, em Portugal, um novo máximo histórico de 1,69% do PIB.

Quadro 15 – Indicadores de contexto da sociedade digital, da criatividade e da inovação

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2022	
Índice de Digitalização da Economia e Sociedade 2022 (IDES)	Capital Humano	Escala (0-100)	-	9,73 (2017)	11,49	↑
	Conectividade		-	6,73 (2017)	12,90	↑
	Integração das Tecnol. Digitais		-	6,63 (2017)	9,40	↑
	Serviços públicos Digitais		-	12,39 (2017)	16,98	↑
Exportações de Alta Tecnologia		%	3,00	3,80	4,86	↑
Nível de Competências Digitais dos Indivíduos*		%	-	-	55,31 (2021)	Sem avaliação
Despesa em I&D em Percentagem do PIB, por Setor de Execução	Total	%	1,54	1,24	1,69 (2021)	↑
	Setor Empresas		0,71	0,58	1,00 (2021)	↑
	Setor Governamental		0,11	0,08	0,08 (2021)	=
	Setor Ensino Superior		0,57	0,57	0,57 (2021)	=
	Setor Privado s/ Fins Lucrativos		0,16	0,02	0,04 (2021)	↑
Investigadoras/es em Equivalente a Tempo Integral (ETI)		N.º	41 523	38 672	56 202 (2021)	↑
Perfil Inovador (<i>European Innovation Scoreboard</i>)		Índice 2015=100	-	88,40	94,80	↑
Legenda:	↑ ↓ Evolução no sentido desejado	↑ ↓ Evolução no sentido indesejado	⊖ Sem alterações			
	Sem avaliação – série curta/irregular	*O indicador só apresenta valores para 2021				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Salienta-se o alinhamento dos objetivos do desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e inovação, com a agenda, digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento, constante na Estratégia Portugal 2030, que visa atingir um crescimento duradouro e sustentável da economia portuguesa, impulsionado pelas qualificações, o conhecimento, a digitalização, e a inovação. Também se revela o alinhamento com os objetivos da UE, no que se refere aos pilares crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, transição digital e ao pilar saúde e resiliência económica, social e institucional.

O país dispõe de instrumentos de planeamento e políticas públicas para a prossecução dos objetivos do desafio da sociedade digital, da criatividade e da inovação conforme se apresenta no Quadro 16.

Quadro 16 – Instrumentos de planeamento e de políticas associados ao desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e da inovação

Desafio estratégico: sociedade digital, da criatividade e da inovação		
Domínio	Instrumentos de planeamento	Situação
Economia 4.0	Estratégia Nacional de Especialização Inteligente	Em vigor
	Estratégia de Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública	2020-2023
	Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública	2021-2026
	Estratégia Nacional de Dados	Em elaboração
	Estratégia Nacional de Empreendedorismo – Programa StartUP Portugal	2016-
	Estratégia Nacional de <i>Smart Cities</i>	Em elaboração
	Plano de Ação para a Transição Digital	2020-2030
	Programa de Captação de Investimento para o Interior	2018-
	Programa Interface	2018-
	Estratégia Nacional para a Conetividade em Rede de Comunicações Eletrónicas de Capacidade Muito Elevada	2023-2030
Conhecimento, Competências e Qualificações	Estratégia Nacional para a Computação Avançada	2018-2030
	Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial	2018-2030
	Estratégia Nacional para o Espaço - Portugal Espaço 2030	2018-2030
	Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior	2018-2030
Cultura	Plano Nacional das Artes	2019-2024
	Estratégia Nacional do Saber Fazer Português	2019-2024
Valorização das atividades e proteção do consumidor	Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço	2021-2027
	Estratégia Turismo 27	2017-2027
	Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro	2021-2027

Os objetivos do desafio estratégico serão atingidos, em parte, pela execução de um conjunto de investimentos cuja programação é apresentada no Quadro 17.

Quadro 17 – Programação dos investimentos associadas ao desafio estratégico, sociedade digital, da criatividade e da inovação

Programação plurianual do desafio estratégico: sociedade digital, da criatividade e da inovação (milhões de euros)							Indicativo da fonte de financiamento			
Áreas de Política	2022	2023	2024	2025	2026	Total	PT2030	PT2020	PRR	Fontes Nacionais
Aposta em tecnologias disruptivas e empreendedorismo	89	585	1 158	1 263	1 307	4 403	X	X	X	
Capitalização e internacionalização das empresas	155	1 291	370	387	484	2 688		X	X	
Digitalização do Estado	70	116	89	99	92	465	X	X	X	
Transformação digital do tecido empresarial	17	140	192	221	175	745			X	
Compromisso com a ciência e a inovação	999	1022	247	338	348	2 954	X	X	X	
Alargar o ensino superior a novos públicos	57	110	104	84	77	432		X	X	
Modernização da formação profissional contínua	35	409	298	358	303	1 403	X	X	X	
Competências digitais no ensino	0	24	36	48	30	137		X		
Cultura	36	160	171	183	217	766	X	X	X	X
Subtotal	1 457	3 856	2 666	2 982	3 033	13 994	X	X	X	X

Nota: valores relativos a 2022 correspondem à estimativa de execução | Fontes Nacionais - inclui Orçamento de Estado, orçamento da Segurança Social e outros fundos nacionais

Em concordância, o desafio estratégico, da sociedade digital, da criatividade e da inovação, desenvolve-se em quatro domínios:

Economia 4.0 – A concretização do domínio passa por um pacote de políticas públicas orientadas para a capitalização e internacionalização das empresas, pela aposta em tecnologias disruptivas e empreendedorismo, pela transformação digital do tecido empresarial e pela digitalização do Estado.

- **Capitalização e internacionalização das empresas** – Destaca-se a eliminação definitiva do Pagamento Especial por Conta (PEC), pela dedução pelas empresas de uma parte dos aumentos líquidos de capital para efeitos de IRC e por um período alargado e pela concretização do Plano de Ação para a Transição Digital. Concretiza-se pela diversificação das fontes de financiamento, ultrapassando a dependência do sistema bancário, com o lançamento da Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas (dotação de 100 milhões de euros), e o Portal do Financiamento. A ação será prosseguida pelo investimento na inovação, otimizando, racionalizando e divulgando os recursos nacionais de financiamento às empresas. Também é de notar a fiscalidade que incentiva a modernização produtiva e o investimento privado em I&D empresarial e o reforço do regime Patent Box e do SIFIDE.
- **Tecnologias disruptivas e empreendedorismo** – Visa-se posicionar Portugal como líder internacional em matéria de inovação tecnológica através do incentivo ao empreendedorismo, duplicando os principais indicadores (número de *startups*, peso no PIB, postos de trabalho e captação de investimento) Em termos de PRR estão alocados investimentos para start-ups e incubadoras (125 milhões de euros), apoiando a instalação em Portugal da sede da Europe Startup Nations Alliance, reforçando as principais linhas de financiamento numa lógica de *matching funding*. Também se dá continuidade ao Programa Interface, prossequindo o trabalho dos Centros Interface e implementando a estratégia de Gabinetes de Transferência de Tecnologia, concretizando os Pactos Setoriais para a competitividade e internacionalização firmados com os clusters, promovendo programas associados a áreas tecnológicas específicas e melhorando o número de registos de propriedade industrial portuguesa. No âmbito do PRR estão previstos os seguintes investimentos para a inovação empresarial, no horizonte 2022-2026: Agendas/Aliações Mobilizadoras para produtos e serviços de maior valor acrescentado, orientados para

a exportação (558 milhões de euros); Agendas/Alianças Verdes, com ênfase na reindustrialização resultante do desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, com elevado valor acrescentado com incorporação de conhecimento e tecnologia e cuja dotação inicial está em revisão (de 372 milhões de euros para 852,5 milhões de euros); e Agenda de Investigação e Inovação para a sustentabilidade da agricultura e (93 milhões de euros). O PT 2030 prevê apoiar as capacidades de investigação e inovação, as tecnologias avançadas, e o crescimento sustentável, competitividade e criação de emprego nas PME (1313 milhões de euros).

- **Transformação digital do tecido empresarial** – Aponta para o desenvolvimento de atividades ligadas à adoção de novos modelos de produção pelas empresas, que incorporem as tecnologias associadas à digitalização e à automação, nomeadamente nos temas Empresas+Digitais e Emprego+Digital relativo a planos de formação orientados para as necessidades específicas das empresas. Envolve igualmente a criação de uma rede nacional de Test Beds para novos produtos e serviços, além de Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Comerciais Digitais com foco nas microempresas. No âmbito do PRR estão previstos investimentos na Transição Digital das Empresas (450 milhões de euros).
- **Digitalização do Estado** – Procura-se continuar a simplificação administrativa, o reforço e a melhoria dos serviços digitais, a promoção do seu acesso e usabilidade, a desmaterialização de maior número de procedimentos administrativos, a criação e desenvolvimento de espaços e sistemas para a experimentação em torno de novos modelos e regimes de trabalho remoto na Administração Pública. São de destacar os investimentos do PRR relacionados com a transição digital da Segurança Social (176 milhões de euros), os serviços eletrónicos sustentáveis de interoperabilidade e partilha de dados (70 milhões de euros) e a modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária (43 milhões de euros), estando já implementada a aplicação do pré-preenchimento do Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis. Em termos de PT 2030 preveem-se apoios para aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas (53 milhões de euros).

Conhecimento, competências e qualificações – O domínio inclui um pacote de políticas públicas enquadradas nas seguintes áreas de política:

- **Compromisso com a ciência e a inovação** – Passa por reforçar a cultura científica dos portugueses e a apropriação social do conhecimento, continuando a aumentar o investimento público e privado em investigação e desenvolvimento e em inovação realizada no país. Em 2022, houve reforço do investimento público em I&D, com um aumento efetivo de 3,5% na dotação anual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a criação do programa RESTART para a promoção da igualdade de género e oportunidades em financiamento competitivo de projetos individuais, a implementação do programa Escola Digital de atribuição de equipamentos informáticos a alunos e professores, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital, a integração do pensamento computacional em matemática, a Rede Alargada da Educação, a criação de 1300 Laboratórios de Educação Digital, o programa Academia Digital e os cursos de Competências Digitais Básicas, de Segurança e Cidadania Digital e de Consumidor Digital. O compromisso é o de garantir o crescimento da despesa em I&D, a simplificação dos procedimentos públicos, a diversificação dos financiamentos em ciência e tecnologia, a criação do Balcão da Ciência e a criação do Centro Nacional de Computação Avançada. No âmbito do PRR salienta-se o investimento na missão Interface (186 milhões de euros) dirigida à rede de instituições de intermediação tecnológica. O PT 2030 compreende fundos para desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo (569 milhões de euros).
- **Alargamento do ensino superior a novos públicos** – Visa alargar a base social do ensino superior, reforçar a sua diversidade e expansão regional. Será fomentada a qualificação de profissionais com um ensino superior de proximidade e com Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), aumentado o investimento do ensino superior nos adultos, implementado um sistema de diagnóstico de avaliação de necessidades de formação superior de médio e longo prazo pela participação no projeto Eurograduate

Tracking 2022 e criação, ao abrigo da Infraestrutura Europeia de Serviços de Blockchain, de um sistema de digitalização e disponibilização de diplomas e certificados universitários, verificáveis numa carteira digital (*wallet*). No âmbito do PRR, destacam-se os investimentos, Incentivo Adultos (130 milhões de euros), Impulso Jovens STEAM (130 milhões de euros) para aumentar o número de graduados de ensino superior em ciências, tecnologias, engenharias, artes/humanidades e matemática. O PT 2030 prevê dar continuidade aos apoios à educação e à formação com medidas de reforço da igualdade de acesso a serviços de educação e ao desenvolvimento de infraestruturas que melhorem o acesso equitativo ao ensino superior (72 milhões de euros).

- **Competências digitais no ensino** – Reconhece que a competitividade de Portugal passa por apostar nos seus recursos e no valor acrescentado do seu trabalho para que tem de apostar nas pessoas e nas suas qualificações, quer no sistema educativo, quer ao longo da vida, em particular nas competências digitais. O Governo promoverá e acelerará a transição digital da educação em todos os níveis de ensino, reforçará a Iniciativa Nacional Competências Digitais e 2030 (INCoDe 2030).
- **Modernização da formação profissional contínua** – Será prosseguida pelo lançamento de um plano nacional de modernização da rede de centros de formação profissional de gestão pública direta e de natureza protocolar com as associações empresariais, pela consolidação da rede de Centros Qualifica e programa Qualifica e pela implementação na sua plenitude do Acordo Formação Profissional e Qualificação. Refere-se como investimento mais relevante inscrito no PRR, a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e formação profissional (680 milhões de euros). O PT 2030 prevê apoiar investimentos em adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, em ambientes de trabalho saudável e adaptados e aprendizagem de adultos (560 milhões de euros).

Cultura – O compromisso é o de promover as valências do conhecimento, criatividade e inovação do setor cultural em Portugal que deve ser inclusivo, envolvente e vibrante. As políticas públicas devem ser orientadas para a acessibilidade e participação alargada de públicos e para a ligação às instituições, às obras e aos criadores. O desenvolvimento das políticas assentará numa visão estratégica, na competência dos agentes públicos na promoção e na consistência orçamental. O objetivo é aumentar o investimento da cultura para 2,5 % da despesa discricionária do Orçamento do Estado e promover a capacitação das instituições para a captação de fundos europeus; mapear as transformações e as tendências com impacto nas diferentes áreas culturais e indústrias criativas. O PRR prevê aplicar fundos em património cultural (150 milhões de euros) e em redes culturais e de transição (93 milhões de euros).

Valorização das atividades e proteção dos consumidores – Os setores do comércio, dos serviços e da restauração e similares, desempenham um papel basilar na economia nacional. Também o setor do turismo constitui um elemento fundamental para a dinamização da economia e para a promoção da coesão social e territorial, pelo que, será prioritária a execução do Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro, que assenta em quatro pilares estratégicos: apoiar empresas; fomentar a segurança; gerar negócio; e construir o futuro. A política de defesa dos consumidores ocupará um espaço decisivo na recuperação económica como a extensão dos prazos de garantia dos bens móveis, a proibição da obsolescência programada, a regulação de ecossistemas digitais e o alinhamento da política de consumidores com a transição verde.

7. Quadro plurianual de despesas públicas

O Quadro Plurianual das Despesas Públicas (QPDP) apresenta a despesa total⁴ da Administração Central e da segurança social não consolidada⁵, considerando todas as fontes de financiamento que suportam a despesa. O financiamento nacional inclui a receita de impostos e o financiamento europeu provém dos fundos europeus.

O Quadro 18 e seguintes (Quadro 19, Quadro 20, Quadro 21) apresentam um limite para a despesa total de 347 290 milhões de euros em 2024, apresentando crescimentos anuais médios de 2,7% para o período compreendido entre 2023 e 2027, para os quais concorrem aumentos em receita de impostos (3,5%) e em receita própria (2,0%), atenuados pela redução em fundos europeus (-9,4%), influenciados pelo arranque do PT 2030 e pela execução do PRR.

Quadro 18 – Limites de despesa por missão de base orgânica

Limites de Despesa por Missão de Base Orgânica					
Missões de Base Orgânica	OE 2023	2024	2025	2026	2027
01 Órgãos de soberania	5 938	6 712	6 929	7 216	7 461
02 Governação	2 207	2 322	2 391	2 403	2 227
Presidência do Conselho de Ministros	2 019	2 087	2 133	2 178	2 070
Coesão Territorial	187	235	259	225	157
03 Representação Externa	587	594	606	624	628
04 Defesa	2 643	2 837	2 889	2 911	2 954
05 Segurança interna	2 686	2 603	2 661	2 718	2 782
06 Justiça	2 165	2 401	2 449	2 498	2 536
07 Finanças	23 645	19 598	18 291	17 864	18 155
08 Gestão da dívida pública	139 499	145 438	159 682	163 234	168 623
09 Economia e mar	4 219	4 178	4 128	3 949	2 394
010 Cultura	1 102	1 103	1 019	1 032	1 054
011 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5 268	5 641	5 814	5 957	5 913
012 Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	7 459	7 242	7 346	7 388	7 473
013 Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	29 256	30 761	31 405	32 043	32 765
014 Saúde	38 345	39 607	41 110	42 551	43 239
015 Ambiente e Ação Climática	5 780	5 018	4 967	5 131	4 540
016 Infraestruturas e Habitação	7 945	7 520	7 212	7 068	5 859
Infraestruturas	7 396	5 699	5 228	5 156	4 894
Habitação	549	1 822	1 985	1 912	964
017 Agricultura e Alimentação	1 733	1 726	1 745	1 760	1 760
Total AC	280 477	285 302	300 645	306 348	310 362
Segurança Social (SS)	59 393	61 987	63 358	64 973	66 965
Total AC + SS	339 870	347 290	364 003	371 321	377 326

Quadro 19 – Projeção de receitas por fonte de financiamento

Projeção de Receitas por Fonte de Financiamento					
Fonte de Financiamento	OE 2023	2024	2025	2026	2027
Receitas de Impostos	225 524	232 025	246 437	251 147	258 416
Receitas de Fundos Europeus	10 065	10 514	10 776	10 132	6 241
Outras Receitas	104 291	104 751	106 790	110 042	112 669
Total AC + SS	339 870	347 290	364 003	371 321	377 326
<i>Por memória:</i>					
Saldo Estrutural (%)	-0,5	-0,4	-0,4	-0,2	-0,2

Fonte: Ministério das Finanças

Para a evolução da despesa em 2024 concorrem em grande medida:

⁴ Incluindo ativos e passivos financeiros.

⁵ O Quadro Plurianual de Despesa Pública à semelhança dos mapas da lei do Orçamento de Estado não exclui fluxos entre entidades e considera também os fluxos de receitas de impostos com os serviços com autonomia financeira a qual é efetuada através de um serviço intermediário criado apenas para este efeito

- O programa Gestão da Dívida Pública, no qual se incluem as dotações destinadas à amortização da dívida e ao pagamento de juros.
- O orçamento da segurança social, incorporando o impacto da atualização regular das pensões, do reforço do abono de família e ainda da Agenda do Trabalho Digno em particular nas prestações de parentalidade.
- O Ministério da Habitação, traduzindo os impactos das medidas associadas ao Programa Mais Habitação.
- O programa Saúde, refletindo sobretudo o reforço via esforço nacional.
- O programa Órgãos de Soberania, destacando-se o impacto associado ao aumento das transferências previstas no âmbito das Leis de Finanças Locais e Regionais.

Em sentido contrário, destacam-se as reduções em 2024 decorrentes de efeitos base significativos em 2023:

- Programa Ambiente e Ação Climática e Ministério das Infraestruturas, explicado pelo perfil de despesa com amortização de passivos por parte das empresas de transportes financiados pelo Programa Finanças, o que explica em grande medida também a sua redução.
- Excluídos estes efeitos, o Programa Ambiente e Ação Climática apresentaria um acréscimo de cerca de 8% e o Ministério das Infraestruturas de 17% em resultado do perfil de financiamento do PRR.
- Programas Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar, Cultura e Agricultura e Alimentação, pelo efeito base associado à execução de fundos em 2023. Se considerada apenas a componente de financiamento nacional os Programas cresceriam face a 2024: 3,1%, 6,0% e 3,1%, respetivamente.
- Programa Segurança Interna, resultante da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com efeito também relevante no Programa Justiça.

Quadro 20 – Variação percentual do esforço nacional por missão de base orgânica

Por memória:

Variação Percentual do Esforço Nacional				
Missões de Base Orgânica	2024	2025	2026	2027
01 Órgãos de soberania	13%	3%	4%	3%
02 Governação	4%	4%	4%	3%
Presidência do Conselho de Ministros	4%	4%	4%	3%
Coesão Territorial	3%	2%	2%	2%
03 Representação Externa	3%	3%	3%	3%
04 Defesa	7%	3%	3%	2%
05 Segurança interna	0%	3%	3%	3%
06 Justiça	11%	4%	3%	3%
07 Finanças	-17%	-7%	-2%	2%
08 Gestão da dívida pública	4%	10%	2%	3%
09 Economia e mar	-24,3%	-1,8%	-11,1%	-19,9%
010 Cultura	6,0%	4%	4%	4%
011 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5%	3%	3%	3%
012 Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	3,1%	2%	2%	2%
013 Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5%	2%	2%	3%
014 Saúde	4,3%	3,7%	3,4%	2,9%
015 Ambiente e Ação Climática	-29%	0%	14%	3%
016 Infraestruturas e Habitação	-19%	-12%	1%	0%
Infraestruturas	-28%	-15%	0%	1%
Habitação	183%	2%	5%	-3%
017 Agricultura e Alimentação	3,1%	3%	3%	3%
Total AC	1,2%	5,5%	2,2%	2,8%
Segurança Social (SS)	6,4%	2,2%	2,4%	2,3%
Total AC + SS	2,1%	4,9%	2,3%	2,7%

Quadro 21 – Variação percentual dos fundos europeus por missão de base orgânica

Variação Percentual dos Fundos Europeus				
Missões de Base Orgânica	2024	2025	2026	2027
01 Órgãos de soberania	-4%	-21%	-56%	-8%
02 Governação	8%	2%	-6%	-32%
Presidência do Conselho de Ministros	1%	-1%	-2%	-26%
Coesão Territorial	52%	16%	-23%	-61%
03 Representação Externa	-15%	-6%	8%	-22%
04 Defesa	26%	-17%	-57%	-74%
05 Segurança interna	-55%	-25%	-37%	-40%
06 Justiça	8%	-23%	-30%	-53%
07 Finanças	-32%	0%	-18%	-40%
08 Gestão da dívida pública	-	-	-	-
09 Economia e mar	42,6%	-0,6%	2,3%	-55,9%
010 Cultura	-22,7%	-69%	-43%	-50%
011 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	20%	2%	-2%	-23%
012 Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	-48,4%	-9%	-26%	-21%
013 Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	-12%	23%	-12%	-32%
014 Saúde	-35,7%	7,9%	13,2%	-74,2%
015 Ambiente e Ação Climática	98%	-3%	-25%	-67%
016 Infraestruturas e Habitação	115%	24%	-9%	-63%
Infraestruturas	41%	34%	-6%	-30%
Habitação	302%	16%	-11%	-99%
017 Agricultura e Alimentação	-6,0%	-1%	-2%	-4%
Total AC	18,7%	2,8%	-7,7%	-48,7%
Segurança Social (SS)	-51,1%	-0,1%	10,8%	45,4%
Total AC + SS	4,5%	2,5%	-6,0%	-38,4%

A evolução para o período de 2025 a 2027 reflete principalmente o perfil do financiamento europeu, nomeadamente um aumento por via do novo Quadro Financeiro Plurianual e a dissipação da despesa associada ao PRR, bem como da componente nacional com um acréscimo médio de 3,5%.